



Petroquímica União S.A.



JUCESP PROTOCOLO

42325/96-1



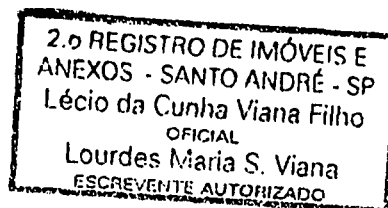
COLEGIADA

PETROQUÍMICA UNIÃO S.A.

C.G.C. M.F. 61.632.964/0001-47

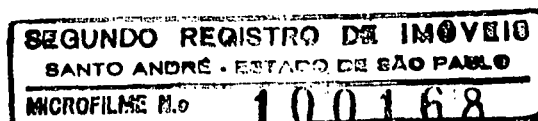
NIRC 35.300.019.300

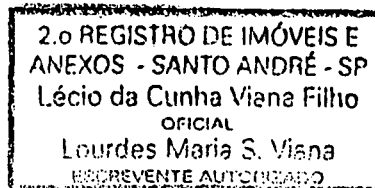
COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO



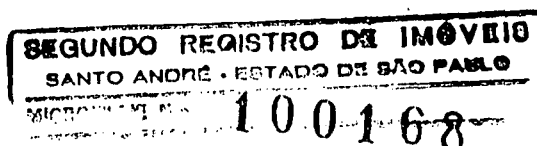
**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA
1ª EMISSÃO/SÉRIE ÚNICA
REALIZADA ÀS 10 HORAS DO DIA 31 DE JANEIRO DE 1996**

Aos 31 dias do mês de janeiro de 1996, às 10 horas, na sede social da empresa, na Av. Presidente Costa e Silva nº 1.178, Santo André, Estado de São Paulo, os debenturistas da Petroquímica União S.A. foram convocados por anúncio publicado nas edições do Diário Oficial do Estado de São Paulo e da Folha de São Paulo dos dias 4, 5 e 6 p.p., a seguir transcrito: "PETROQUÍMICA UNIÃO S.A. - COMPANHIA ABERTA - CGC 61.632.964/0001-47 - AVISO AOS DEBENTURISTAS DA PRIMEIRA EMISSÃO - PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., Agente Fiduciário, convoca, na forma das disposições regulamentares, Assembléia Geral dos Debenturistas da Primeira Emissão de Debêntures da PETROQUÍMICA UNIÃO S.A., a se realizar no dia 31 de janeiro de 1996, às 10 horas, na sede social da Emissora, à Av. Presidente Costa e Silva nº 1.178, Santo André, São Paulo - SP, com a finalidade de se manifestarem sobre a deliberação tomada na Assembléia Geral de Debenturistas realizada no dia 4 de setembro de 1995, no que concerne à periodicidade do pagamento e alteração da taxa de juros, constante do Item 10 da Cláusula Primeira da Escritura Particular de Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações Preferenciais, datada de 1º de dezembro de 1994. Santo André, 03 de janeiro de 1996 - PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.- AGENTE FIDUCIÁRIO." Presentes os representantes dos debenturistas BNDES - Participações S.A. - BNDESPAR, Fundação de Previdência e Assistência Social do BNDES - FAPES e Fundação CESP, perfazendo 63,4% da totalidade dos títulos em circulação, o representante da Emissora e o Agente Fiduciário. Foi proposto e aceito por unanimidade o nome de Carlos Alberto Bacha, que assumiu a Presidência desta Assembléia, escolhendo a mim, Pedro Rosário Filho, para Secretário. Em seguida, o Presidente da Assembléia convidou o representante do Agente Fiduciário a manifestar-se sobre a convocação da Assembléia, tendo este passado cópia aos presentes da correspondência CT/P/S/305/95 recebida pela Fundação CESP, datada de 14 de novembro de 1995, assim como cópia da correspondência enviada em resposta à Fundação CESP, pelo Agente Fiduciário, datada de 30 de novembro de 1995. Após lidas as correspondências, o Agente Fiduciário informou que, em razão da irregularidade da deliberação concernente à periodicidade do pagamento e alteração da taxa de juros tomada na Assembléia Geral dos Debenturistas de 4 de setembro de 1995, levantada pelo





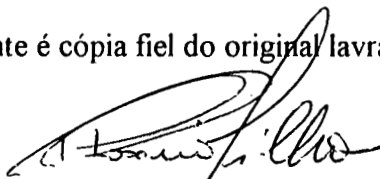
debenturista Fundação CESP, houve por bem, tão somente em razão de a matéria não ter sido itemizada na convocação anterior divulgada no Diário Oficial de São Paulo e Folha de São Paulo nos dias 29, 30 e 31 de agosto de 1995, convocar a presente Assembléia para que os debenturistas se manifestassem sobre o tema. O representante da Fundação CESP pediu a palavra expondo que por tratar-se de condição essencial da pactuação, qualquer decisão sobre o tema só poderia ser deliberada pela unanimidade dos debenturistas. Neste ponto o representante do Agente Fiduciário esclareceu que a redução da taxa de juros foi decidida em perfeita conformidade com o disposto na Lei nº 6.404, de 15.12.76, combinado, o estabelecido na própria Escritura Particular de Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações Preferenciais, datada de 01.12.94 e arquivada no 2º Registro de Imóveis e Anexos de Santo André (SP), em razão da aprovação da medida, no conclave, por debenturistas que perfaziam 61,8% dos títulos em circulação. Citou, ainda, o § 5º do Artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, acerca da Assembléia de Debenturistas, cuja redação é a que se segue: “§ 5º. A escritura de emissão estabelecerá a maioria necessária, que não será inferior à metade das debêntures em circulação, para aprovar modificação nas condições das debêntures.” O representante do Agente Fiduciário enfatizou, também, as disposições convencionais constantes da precitada Escritura Particular de Emissão de Debêntures, cujos subitens 21.3 e 21.7 assim se acham redigidos: “21.3 A assembléia geral se instalará com o quorum previsto no artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei nº 6.404/76, que deliberará pelo voto de debenturistas que representem 50% (cinquenta por cento), no mínimo, das debêntures em circulação.” “21.7 Quaisquer modificações nas condições das debêntures, objeto da presente escritura, dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação.” O representante da empresa solicitou a palavra, expondo que as condições de rentabilidade das debêntures foram discutidas previamente com a maioria dos debenturistas que entenderam adequadas a escolha do novo índice de atualização monetária, a taxa de juros e a periodicidade de pagamentos dos juros. Neste ponto, o Agente Fiduciário expôs aos debenturistas que a análise da correlação do INPC, atual indexador das debêntures, com o IPC-R, índice anterior, demonstrou que as condições de rentabilidade auferidas pelos debenturistas não seriam desvantajosas. Expôs, ainda, que o posicionamento que assumiu frente ao tema teve por bem a defesa dos interesses da comunidade dos debenturistas, quando levada em consideração a capacidade de pagamento da emissora. Continuando, o representante do Agente Fiduciário afirmou não visualizar qualquer direito ao resgate antecipado das debêntures de propriedade da Fundação CESP, conforme pleiteado na correspondência supra citada, posto inexistir previsão contratual em respaldo de sua pretensão ou, até mesmo, inadimplemento por parte da Sociedade Emissora, não cabendo ao Agente Fiduciário, defender tal interesse perante a PETROQUÍMICA UNIÃO S.A.. Neste ponto, o Presidente passou a palavra ao representante da Fundação CESP o qual expôs que a ratificação das deliberações tomadas na AGD de 4 de setembro de 1995 ensejaria a Fundação a postular judicialmente a composição de perdas e danos decorrentes da ilegal e ilegítima alteração da disposição pertinente à remuneração de juros reais das debêntures da Primeira Emissão. A seguir, o Presidente da Assembléia colocou em discussão a Ordem do Dia, sendo que os debenturistas





perfazendo 61,8% dos títulos em circulação, deliberaram pela ratificação de todas as deliberações tomadas na AGD de 4 de setembro de 1995, sendo que a Fundação CESP, perfazendo 1,6% dos títulos em circulação votou contra a ratificação, apresentando declaração de voto escrita, a qual rubricada pela mesa faz parte integrante da presente ata. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. Santo André, 31 de janeiro de 1996 (a) Carlos Alberto Bacha - Presidente; Pedro Rosário Filho - Secretário; Paulo Roberto Campos Lemos - p. Petroquímica União S.A.; Carlos Alberto Bacha - p. Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.- Agente Fiduciário; Maria Lídia de Moraes Sá Peixoto Montenegro - p.p. BNDES - Participações S.A. - BNDESPAR; Maria Lídia de Moraes Sá Peixoto Montenegro - p.p. Fundação de Previdência e Assistência Social do BNDES - FAPES; Silvia Marcolina Nossa - p.p. Fundação CESP; Temóteo Roberto Brito de Miranda - p.p. Fundação CESP.

Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em livro próprio.


Pedro Rosário Filho
Secretário

